



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Departamento de História - HIS

IARA CAROLINA XAVIER ARAÚJO

**OS FASCISMOS EM CONCORRÊNCIA NO BRASIL: O GOVERNO VARGAS E A
REPRESSÃO AOS INTEGRALISTAS (1937-1938)**

Brasília

2024

Iara Carolina Xavier Araújo

**OS FASCISMOS EM CONCORRÊNCIA NO BRASIL: O GOVERNO VARGAS E A
REPRESSÃO AOS INTEGRALISTAS (1937-1938)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (Orientador)

Prof. Dra. Camilla Cristina Silva

Prof. Dr. Rafael Nascimento Gomes

Brasília, DF

2024

Dedicatória

À minha avó, dona Neném, que me criou com carinho. À minha mãe, Liliane, que sacrificou muitas de suas vontades para que eu pudesse me manter na UnB. À tia Bibi e seu generoso coração. Um viva aos laços entre mulheres fortes, através dos quais somos capazes de realizar grandes feitos.

Lista de abreviaturas

AIB — Ação Integralista Brasileira

TSN — Tribunal de Segurança Nacional

SEP — Sociedade de Estudos Políticos

Lista de figuras

Figura 1 - Perseguição aos integralistas.....29

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1: Fascismo à brasileira	
1.1 <i>Condições para a instauração do fascismo no Brasil da década de 1930</i>	9
1.2 <i>Fascismos, no plural?</i>	13
1.3 <i>Governo Vargas versus AIB: a inserção dos elementos fascistas em seus discursos e perfis institucionais</i>	15
Capítulo 2: A abordagem do Governo Vargas para com a AIB	
2.1 <i>Do companheirismo de ontem ao Tribunal de Segurança Nacional</i>	24
2.1 <i>Apontamentos sobre o modus operandi de Vargas</i>	29
Considerações Finais	32
Fontes.....	33
Referências Bibliográficas.....	34

Introdução

Em 11 de setembro de 1936 era sancionada a lei nº 244 que criava o Tribunal de Segurança Nacional, órgão concebido pelo governo Vargas com a intenção de punir e reprimir a ameaça comunista que parecia - ou que fazia-se parecer¹ - iminente no Brasil. Havendo real ameaça comunista ou não, o fato é que o tribunal se tornou um dos principais instrumentos de repressão a qualquer oposição à gestão de Getúlio.

Ainda hoje especula-se se o governo de Vargas teria sido um governo essencialmente fascista. Frederico Finchelstein, em seu texto “Do Fascismo ao Populismo na História”², dá advertências sobre os perigos de análises de regimes nacionalistas autoritários que se restrinjam a comparações eurocêntricas rasas e a obra de 1991 “O feixe e o prisma: Uma revisão do Estado Novo”³, organizada por Luiz Werneck da Silva, subsidia o contato com debates sobre o tema do fascismo em Vargas. O termo “parafascista” é adotado pelo cientista político José Nilo Tavares para fazer referência ao Estado de Getúlio⁴.

Para além dos debates, reconhece-se que há elementos de organização ideológica e estatal que apontam para uma clara influência fascista no Estado Novo, sobre os quais nos aprofundaremos no decorrer da pesquisa a seguir. Considerando tudo isso, como, diante do projeto estadonovista, o governo Vargas lidou com uma organização também fascista⁵, do tamanho da Ação Integralista Brasileira, e por quê lidou dessa forma? São as questões que norteiam o presente trabalho.

Ao início do primeiro capítulo, uma discussão conceitual em torno do termo Fascismo é levantada. Tentaremos responder questões como: seria prudente, do ponto de vista historiográfico, taxar os levantes e governos nacionalistas latinoamericanos que se inspiravam no fascismo europeu, de fascistas, ou estaríamos tecnicamente caindo na armadilha dos generalismo eurocentrados? Ainda neste capítulo discorro sobre a década de 30 e suas particularidades no Brasil e fora dele, que forjaram a atmosfera antidemocrática que favorecera a ascensão dos levantes políticos autoritários.

¹ A descoberta do Plano Cohen é uma das evidências que apontam para uma forja, também por parte de Vargas e seus aliados, da atmosfera de medo em torno de uma ameaça comunista.

² FINCHELSTEIN, Frederico. Do fascismo ao populismo na História. 1ª edição. Lisboa: Edições 70. 2020.

³ DA SILVA, José Luiz Werneck. O Feixe e o Prisma. Uma revisão do Estado Novo. O feixe: O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

⁴ “Esse Estado que vai ser corporativo, parafascista, teria várias tarefas a cumprir. [...]” DA SILVA, José Luiz Werneck, José Nilo Tavares, 1991, Op. Cit., p. 76.

⁵ Discorro sobre as muitas influências fascistas no movimento integralista ao longo do primeiro capítulo.

No último tópico do capítulo “Fascismo à brasileira”, coloco lado a lado as estruturas ideológicas e institucionais que regeram - ou que se pretendia que regessem, apesar de suas contradições - o governo de Getúlio Vargas, com os da Ação Integralista Brasileira.

Tomo como referência para mapear os ideais varguistas, entre outras obras, a de Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria Castro Gomes, “Estado Novo: Ideologia e Poder”⁶ e “As Instituições Brasileiras da Era Vargas”, organizada por Maria Celina D’aráujo. Nas palavras de Oliveira, Velloso e Gomes: “A doutrina desse Estado (o Estado Novo) não teve existência enquanto uma unidade; entretanto, pudemos reconstruir segmentos significativos na tentativa de compor um todo” (1982, p. 8).

A organização ideológica da Ação Integralista Brasileira e seu modelo pré-estatal também é desenhada, com a finalidade de pontuar as convergências e divergências em ambos os fascismos, para, por fim, no terceiro tópico, mapear seus inimigos em comum e traçar possíveis motivações para que a AIB deixasse, em dado momento, de apoiar Getúlio, fazendo-se oposição.

O capítulo II objetiva traçar a abordagem do governo Vargas para com a Ação Integralista Brasileira e seus membros, considerados, depois de um tempo, subversivos e passíveis de extermínio. Episódios como o do *putsch* do Palácio Guanabara, com dezenas de membros da AIB e outros membros de grupos opositores a Vargas executados sem possibilidade de defesa⁷, são exemplos da determinação do Estado Novo em conter a todo custo qualquer ameaça a sua gestão. Para circunscrever o confronto Vargas-AIB, me utilizarei, dentre outras obras, da de Reynaldo Pompeu de Campos intitulada “Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus”⁸.

É também no capítulo II que dossiês são analisados - especialmente autos processuais do Tribunal de Segurança Nacional entre os anos de 1938 e 1940 - para delinear uma imagem dos mecanismos de ação do varguismo perante a oposição integralista. O TSN ganha destaque aqui por revelar o caráter antidemocrático e inconstitucional do Estado Novo, já que o tribunal agiu contra a ética jurídica estabelecida no país até então, apostando em uma legislação coercitiva e violando gravemente o direito de defesa dos réus, fossem eles de esquerda ou direita. O Tribunal de Segurança Nacional teria sido, nas palavras de Pompeu de Campos, um “instrumento para distribuir condenações” (1982, p. 22).

⁶ OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C.; Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

⁷ Falarei mais sobre o episódio no primeiro capítulo da monografia.

⁸ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

O objetivo central da presente monografia é, portanto, fazer apontamentos sobre o fascismo e as condições para que um regime desta natureza pudesse ser instaurado em solo brasileiro, e elucidar as relações entre dois “fascismos à brasileira” contemporâneos um ao outro: governo Vargas e a Ação Integralista, apontando suas convergências, seus principais pontos de confronto e seus mecanismos de propaganda e repressão. Ao final, faremos uma reflexão sobre a postura tática de Getúlio Vargas para com a AIB, e tentaremos responder se este padrão se repete durante a trajetória política do mesmo.

Capítulo 1: Fascismo à brasileira

1.1 Condições para a instauração do fascismo no Brasil da década de 1930

O período entre guerras representa uma era de crise no ocidente. A Grande Guerra, como era chamada a Primeira Guerra Mundial, além das dezenas de milhões de mortos, deixou traumas de natureza econômica, moral e ideológica. A liberal-democracia era colocada em xeque e, para muitos cidadãos europeus dentro de suas várias classes, já não representava mais a segurança da concretização de suas expectativas de mundo:

As expectativas positivas, alguns dirão certamente utópicas, projetadas para quando o conflito enfim terminasse, foram confrontadas, em 1918-20, com uma grande realidade diversa e algo caótica: a inflação, desemprego, a crise econômica, a difícil readaptação de milhões de soldados à vida civil, foram acompanhadas pelo agravamento dos conflitos sociais, com a multiplicação dos movimentos grevistas, o fantasma da pauperização das chamadas classes médias, os choques violentos nas áreas rurais, tudo isso caracterizando um clima de instabilidade política e social diante da qual as elites políticas tradicionais e seus respectivos partidos eram incapazes de apontar caminhos e tomar providências.⁹

O clima descrito acima favoreceu a ascensão de levantes autoritários no continente. Francisco José Calazans Falcon prossegue o debate sobre a crise do estado liberal no pós-guerra e dá destaque ao fato desse sistema se ver “preso nas regras do próprio jogo”, incapaz de solucionar as consequências do enorme conflito gestado em seu próprio bojo:

(...) A inércia frente às violentas explosões dos antagonismos sociais, a inadequação dos instrumentos políticos, a dificuldade que experimentam as lideranças de estilo tradicional em adaptar-se às situações novas e inesperadas - tudo isso se fazia crer na impossibilidade de se achar uma saída para a crise através das estruturas e práticas do Estado liberal.¹⁰

A partir do descrédito do liberalismo, acaloraram-se as discussões sobre modelos ideais de sociedade e organização de estado, em uma Europa devastada pela guerra e pressionada pelo caos social. Advinham anseios por uma revolução, alimentados principalmente pela esquerda, inspirada pela revolução bolchevista, mas que a direita, temendo que o proletariado se organizasse inspirado pelo feito russo, respondia, também considerando mobilizar uma “revolução”, mas a seus moldes. Incitado pela direita e apoiado pela monarquia italiana, o exército e a burguesia industrial¹¹, o fascismo se lança como insurreição nacionalista,

⁹ FALCON, Francisco José Calazans. Fascismo: Autoritarismo e Totalitarismo. O Feixe e o Prisma. Uma revisão do Estado Novo. O feixe: O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Op. Cit, p. 38.

¹⁰ Idem, p. 39.

¹¹ Bruno Tobia, historiador italiano, diz que o apoio teria sido dado “na presunção de utilizá-lo como um entrave definitivo ao perigo de uma ascensão política do proletariado organizado.” (“O feixe” Op. Cit, p. 45)

antiliberal e anticomunista, atuando como a expressão do autoritarismo na Europa e inspirando outros levantes nacionalistas mundo afora.

Neste primeiro momento, podemos nos apoiar em uma rápida conceituação do fascismo - aqui, escolhi a de Edda Saccomani¹² - para compreender suas ideias centrais, discutir a influência do movimento e sua aplicabilidade para o contexto do Brasil da década de 30:

Caracteriza-se o fascismo, em princípio, por um modelo de dominação política que apresenta os seguintes aspectos: controle exclusivo do exercício da representação política mediante a atuação de um partido único de massa, caracterizado por forte estrutura hierárquica; ideologia centrada no culto à liderança política; exacerbação dos valores da nacionalidade; recusa dos princípios que norteiam o liberalismo individual; oposição radical aos valores do socialismo e do comunismo; exaltação da colaboração de classes e crença no ideal corporativo; atribuição de um papel central ao aparato estatal no plano econômico, social e político; domínio absoluto do Estado sobre as informações e, especialmente, os meios de comunicação de massa; eliminação de qualquer forma de pluralismo político, com o aniquilamento das oposições, embasado na violência e no terror (Saccomani, 1986, p. 466 apud MAIO, 2003, p. 43).

Mais à frente, no subcapítulo “Fascismos, no plural?”, debateremos o caráter conceitual do termo. Por hora, seguiremos na linha de contextualizar as condições para que levantes de inspiração fascista pudessem ser considerados alternativa para o contexto do Brasil, que na década de 20, também era de crise.

Bolívar Lamounier, em seu texto “Do Modelo Institucional dos anos 30 ao fim da Era Vargas¹³”, afirma que as debilidades da política pública brasileira vinham sendo debatidas mesmo antes da primeira guerra (LAMOUNIER, 1999)¹⁴, já que a crise social se fazia presente na forma dos mais diversos interesses das classes - especialmente os da burguesia industrial, da classe média e, numa escala menor, do operariado - a serem conciliados. A insatisfação com o predomínio das oligarquias na política nacional era forte e as disputas políticas estavam aquecidas, tendo a Aliança Liberal, coligação de oposição, reunido movimentos diversos.

Entre os movimentos que tiveram relevância para preparar o terreno para a ascensão do autoritarismo no país, o tenentismo, forjado no início da década de 20, se destaca. Esse grupo, apesar de ideologicamente heterogêneo, mantinha em comum a insatisfação com a hegemonia oligárquica vigente. A burguesia - seja ela urbana ou industrial - não se via politicamente representada, e os partidos, que atuavam apenas localmente, não refletiam os

¹² MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: Um movimento fascista no Brasil. O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43.

¹³ LAMOUNIER, Bolívar. Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da Era Vargas. D'ARAUJO, Maria Celina (org.). As Instituições da Era Vargas. Rio de Janeiro: FGV. 1999. p. 37-38

¹⁴ LAMOUNIER, Bolívar. Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da Era Vargas. D'ARAUJO, Maria Celina (org.). As Instituições da Era Vargas. Op. Cit, p. 44.

interesses das classes. A burguesia intelectual e as elites brasileiras, sempre atentos às tendências e discussões políticas europeias, mantêm, aqui, o costume de “importar tudo dos países centrais, de artigos de consumo a ideias¹⁵”(MOTTA, 2000, p. 16-17), e, no caso do Brasil pré-golpe de 30, parte da atmosfera anticomunista e nacionalista fora alimentada pelas agitações estrangeiras.

As artes e a literatura funcionam, na década que precedeu o golpe de 30, como termômetros para as tensões sociopolíticas no país, e ambas foram grandes difusoras da atmosfera nacionalista, que pretendia valorizar as características locais da civilização brasileira. É com a repercussão da Semana de Arte Moderna, assim como das obras de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Antônio de Alcântara Machado, Cecília Meireles, Manuel Bandeira e Tarsila do Amaral, que “o ideal cosmopolita de desenvolvimento cede lugar ao credo nacionalista” (VELLOSO, 2007)¹⁶. Ambas - arte e literatura - chocaram e romperam com o academicismo tradicional, trazendo críticas e debatendo novos caminhos para transformar a sociedade. Nas palavras de Mônica Pimenta Velloso¹⁷:

A busca de nossas raízes, o ideal de brasilidade passam, então, a construir o foco das preocupações intelectuais. Agrupados no movimento modernista, os intelectuais se apresentam como indivíduos destinados a conhecer o Brasil e os brasileiros. E é através da arte que se pretende atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas para o desenvolvimento da nação (VELLOSO apud VELLOSO, 1983).

Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, no artigo “Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas¹⁸”, classificam o período que gestou a Revolução de 30 - a Primeira República, como conhecemos - como sendo composta por três fases. A primeira, de implantação, que se caracterizaria pelo maior poder da classe média e dos militares na política nacional. Posteriormente, tem-se a fase da consolidação, baseada no poderio das oligarquias latifundiárias. Por último, a do declínio, é caracterizada pelas disputas - burguesia e oligarquias - pelo poder político (FERREIRA; SÁ PINTO, 2017). A partir da crise de 29, esses debates sociopolíticos que se fortaleceram no declínio do regime mencionado acima, ganharam ainda mais substância para que mudanças importantes no modelo político-institucional vigente fossem colocadas em prática. A quebra da bolsa de Nova York também atingiu a economia brasileira e foi agente precipitador das

¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil. São Paulo, 2000.

¹⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Op. Cit, p. 155.

¹⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. Op. Cit, p. 155.

¹⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. SÁ PINTO, Surama Conde. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. Revista Tempo, 2017 p. 423.

mudanças que já vinham sendo gestadas na Primeira República (LAMOUNIER, 1992).

Maria Helena Capelato¹⁹ comenta:

O setor agrário (brasileiro), após o crack da bolsa de Nova York, debilitou-se muito. Amplo debate se estabeleceu em torno da questão do desenvolvimento do país e sobre o melhor percurso a ser trilhado para a superação não só da crise, mas também do “atraso” em relação aos países capitalistas avançados.

Unindo, portanto, a crise do Estado liberal, a importação do exemplo de uma Europa que buscava a solução da crise no autoritarismo nacionalista, junto com a crise social e político-institucional nacional, mais o efeito catalisador da crise de 29, o cenário para a derrubada do governo de Washington Luís estava montado. Dessa forma, portanto, “o movimento que pôs fim ao modelo político vigente na Primeira República, conhecido como Revolução de 1930, representaria o conflito entre os setores urbano-industrial e agrário-exportador, traduzido na luta entre a burguesia e o latifúndio” (FERREIRA, SÁ PINTO, 2017).

Ademais, a principal tarefa do governo provisório recém-instaurado seria “assegurar a soberania nacional” (O Feixe, 1991, p. 76), e conciliar, na medida do possível, os diversos interesses das classes. Adiante, em 1937, com a forja de uma ameaça comunista massiva legitimada pelo plano Cohen²⁰, o Estado Novo aparece como fator estabilizador da soberania, e Vargas dá andamento à sua gestão autoritária, que aqui ganha reforços: o Tribunal de Segurança Nacional²¹, aberto ainda no governo provisório, passa a funcionar a todo vapor, julgando e condenando os sujeitos a quem se considerasse inimigos da pátria, e mais adiante, inaugura-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)²², para institucionalizar o manejo da opinião pública e validar as ações do governo de Getúlio.

1.2 Fascismos, no plural?

Levando em consideração as especificidades desse fenômeno subsidiado pelo pós-guerra, seria possível falar em fascismo transnacional sem cair em generalismos

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Op. Cit, p. 119

²⁰ Foi um plano construído em 1937 pelos integralistas e validado pelo governo, em torno de um documento que forjava, no sentido de falsear, a iminência de uma insurreição comunista no Brasil. O plano Cohen tinha como finalidade legitimar a continuidade de Vargas no poder e evitar a eleição presidencial.

²¹ Explico o que foi e como operava o TSN no segundo capítulo da monografia.

²² O DIP foi inaugurado em 1939 com a finalidade institucionalizar a propaganda governamental e estabelecer práticas de censura. O Departamento foi resultado do rearranjo de órgãos de manipulação da opinião pública que já atuavam desde a primeira fase do Governo Vargas (o DOP, Departamento Oficial de Propaganda e o DPDC, Departamento de Propaganda e Difusão Cultural).

eurocentrados? No capítulo da obra “O feixe” escrito por Francisco José Calazans Falcão, se debate a importância do aspecto conjuntural para que o fascismo italiano se desenvolva e adquira as suas especificidades dentro da Itália. Mais à frente, o autor explica que apesar da conceitualização sugerir uma perspectiva meramente “nominalista”, e não “realista”²³, é importante sim admitir a natureza teórica do fascismo (CALAZANS, 1991). O historiador afirma que a partir do momento em que o fenômeno ocupou espaço conceitual, ele teria “perdido uma boa parte do seu sentido inicial”, mas assegura:

Tanto podemos afirmar a existência de um fascismo, concretizado nos diferentes tipos de fascismos historicamente conhecidos, como podemos fincar o pé na existência de um único fascismo (o italiano), distinto, por exemplo, do nacional socialismo de Hitler. (...) Não há dúvida, porém, que é impossível hoje desconhecermos que “fascismo” enquanto conceito científico, é algo real, existente.²⁴

O historiador argentino Federico Finchelstein, em seu texto “Do fascismo ao populismo na História”²⁵ discute o fascismo transnacional, se aprofunda na discussão teórica e afirma que “seríamos idiotas se ignorássemos o fato de que por trás do fascismo na Itália, responsável pelo seu sucesso fenomenal, existe o mesmo espírito” que pairava sobre o movimento dos camisas azuis, na Irlanda, e no movimento fascista argentino (FINCHELSTEIN, 2017, p. 55). Finchelstein, no entanto, destaca:

Compartilhar do mesmo espírito não significava imitação; como sustentava o fascista português João Ameal, o fascismo italiano tal como existia na Itália não poderia ser reproduzido fora do país. (...) O fascismo tinha raízes em cada nação mas relacionava-se de forma revolucionária e transnacional: “Não se trata de uma reprodução. Trata-se de equivalência. Os italianos fazem sua revolução da ordem. Nós estamos começando a nossa.” (FINCHELSTEIN apud João Ameal)

Apesar, da existência desse espírito que teria inspirado regimes fora da Itália, deve-se enxergar a necessidade de reconsiderar as ligações transnacionais fascistas como processos de evolução convergentes e reconhecimento mútuo e não como estruturas eurocêntricas difusionistas e dedutivas²⁶. Para fugir dos generalismos - já que como dito pelo autor, a teoria do fascismo nunca se debruçou em uma unidade de ideias, sempre abarcando uma variedade delas²⁷ - Finchelstein afirma que “as explicações históricas precisam abordar a razão por que o fascismo pertenceu à experiência de interventores de extrema-direita no âmbito de tantas dessas tradições nacionais ao mesmo tempo que circulava e era constantemente reformulado

²³ FALCON, Francisco José Calazans. Fascismo: Autoritarismo e Totalitarismo. O Feixe e o Prisma. Uma revisão do Estado Novo. O feixe: O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Op. Cit, p. 30.

²⁴ Idem, p. 30.

²⁵ FINCHELSTEIN, Federico. Do fascismo ao populismo na História. 1ª edição. Lisboa: Edições 70. 2020.

²⁶ FINCHELSTEIN, Federico. Apud. Zachariah. Op Cit, p. 82.

²⁷ Idem, p. 62.

em todo o mundo” (FINCHELSTEIN, 2017 p. 85). Para o historiador, portanto, essas ligações transnacionais existem e seus cordões umbilicais os unem a um mesmo fenômeno de extrema-direita, o fascismo. Os levantes fascistas mundo afora se reconhecem e permitem que ao redor desse mesmo conceito orbitem as variantes locais.

Com relação às condutas e ideias transferidas ou não em cada importação, Finchelstein afirma que as “não-transferências também têm muito a dizer sobre cada fascismo, e que a transferência e a não transferência são duas faces da mesma moeda e por isso devem ser examinadas em conjunto”, também analisando se essas não-transferências se deram por mera ignorância ou se foram intencionais (FINCHELSTEIN apud HABERMAS, 2017 p. 86): “A história do fascismo transnacional não tem a ver apenas com transferências, mas também com aquelas coisas que nunca foram transferidas ou que não podiam ser exportadas com êxito por causa de histórias nacionais específicas.”²⁸

Com base nas reflexões de Calazans e Finchelstein sobre a teoria dos diversos fascismos, é possível concluir que as generalizações geram prejuízos para a historiografia e que, ao tratar das várias faces assumidas pelo fascismo ao redor do mundo, é necessário levar em consideração as possíveis razões para a transferência e não-transferência dos elementos. Para Finchelstein, seria necessário estudar a circulação mundial do fascismo assim como já se estuda a do marxismo e a do liberalismo (FINCHELSTEIN, 2017 p. 84), circunscrevendo as diversas formas que o fenômeno assume em cada caso.

No mesmo texto Finchelstein percorre, resumidamente, características dos fascismos insurgidos na América Latina, e destaca a necessidade latina de defender-se de quem ameaçava suas soberanias nacionais:

Enquanto no Brasil alguns fascistas propunham a ideia de uma sociedade totalitária multirracial e multirreligiosa, no México os fascistas associavam o fascismo a uma idealização do catolicismo e do passado índio do país. Enquanto na Alemanha os fascistas pareciam obcecados com o judaísmo como o principal inimigo da comunidade do povo, nos Andes, os Camisas Negras peruanos dirigiam sua animosidade totalitária contra os imigrantes asiáticos, sobretudo os japoneses. [...] ²⁹

A intenção ao expor alguns pontos importantes desse debate é mostrar que ele existe e que traz consigo problemáticas a serem administradas pela historiografia do fascismo, principalmente no que se refere a deixar de lado os parâmetros europeus que muitas vezes embasam as análises. Encontramos intrínseco nessa discussão, portanto, o respaldo para tratar e rotular o Estado Novo e a Ação Integralista Brasileira como fascismos, desde que não

²⁸ Idem, p. 86.

²⁹ FINCHELSTEIN, Federico. Op Cit, p. 87, 88.

reduzamos a base da discussão a mera comparação dos elementos em comum com o fascismo “original”.

1.3 Governo Vargas versus AIB: a inserção dos elementos fascistas em seus discursos e perfis institucionais

Me proponho, a seguir, a analisar os discursos e os perfis institucionais da Ação Integralista Brasileira e do governo Vargas. Para prosseguir caracterizando os “fascismos à brasileira”, particularizar seus elementos intradiscursivos e institucionais se faz necessário, mas para desviar da armadilha eurocentrada mencionada por Finchelstein, além de identificar onde as características já conhecidas do fascismo europeu - anticomunismo, antiliberalismo, nacionalismo, corporativismo e autoritarismo - se inserem nesses discursos e condutas, pontuo também características locais, exclusivas destes fascismos gestados no Brasil. Além disto, falarei brevemente sobre um elemento não necessariamente comum e fundamental aos regimes fascistas: a propaganda.

A primeira fase do governo de Getúlio foi marcada pelos muitos caminhos possíveis e as várias propostas em pauta, já o Estado Novo (1937-1945) é lembrado principalmente por seu caráter autoritário. Este acabou se tornando elemento central no regime estadonovista. Maria Helena Capelato, citando Ângela de Castro Gomes, fala sobre o Estado Novo ter sido “um projeto democrático que se concebia como autoritário”, que “necessitava de um Estado forte e prescindia de participação política³⁰”. Se o foco é também analisar os elementos fascistas nos discursos, o autoritarismo dentro do de Getúlio Vargas é inegável:

Restauramos a nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.³¹

No mesmo discurso, mais à frente, insiste na necessidade da “restauração da autoridade nacional”:

A consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local.³²

³⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op, Cit. p. 162.

³¹ VARGAS, Getúlio. À Nação. Discurso proferido em 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1937/view> (acessado em 22 de janeiro de 2024).

³² Idem.

O **autoritarismo** do regime estadonovista se estende às suas instituições, já que muitas delas tinham como finalidade reprimir possíveis inimigos e educar a população para a obediência. Dentre os aparatos repressivos instaurados por Vargas, a Polícia Política e o Tribunal de Segurança Nacional destacam-se pela atuação massiva. Com ajuda da tese de Thiago da Silva Pacheco, intitulada “Da Ditadura à Democracia: Atividades de Inteligência da Polícia Política no Estado Novo e na República de 1946”, desbravamos as atribuições das polícias políticas do século XIX:

Estas formas de policiamento político decorreram do temor a movimentos operários, anarquistas ou inspirados pela Revolução Francesa. As Polícias Políticas então desenvolveram técnicas de “vigilância, infiltração, recrutamento de informantes e interceptação de mensagens”, absorvendo também aspectos científicos – para os padrões daquele século – voltados para a investigação criminal e direcionados para reprimir a “subversão”.³³

Sobre a Polícia Política do Estado Novo, o autor afirma que inclusive métodos de tortura e outras abordagens extralegais eram praticadas pela instituição:

Sem nenhuma surpresa, estes métodos informais de resolução de problemas do cotidiano policial eram e são, em muitos casos, abusivos - embora não excluamos a possibilidade da negociação pacífica e o diálogo - como ameaças, ofensas, danos corporais, múltiplas formas de corrupção, entre outros.³⁴

Dentro do modelo pré-estatal do integralismo brasileiro, o autoritarismo é visto como necessário e Héliog Trindade afirma que “o princípio geral desta organização é que todo poder emana do Chefe e só em seu nome será exercido”. O autor chama essa organização institucional de “burocrático-totalitária”. Freitas assegura que a AIB vislumbrava instaurar esta mesma organização a nível de estado:

A revolução integral seria realizada mediante o controle do Estado. Significa que os membros da AIB supunham que ao instalarem a burocracia e a hierarquia integralistas no governo estariam regulando e criando um sistema que tornaria a lógica integralista, a lógica integral de todos os brasileiros.³⁵

Em termos de **nacionalismo**, o de Vargas é fundado na figura quase paternal que o mesmo desempenhava ao pretender representar os “desejos do povo” (VELLOSO et al., 1982, p. 84), e “a ideia de nação forte era defendida a partir de um discurso emocional acerca daquilo que a sociedade deveria combater: os inimigos da nação” (FREITAS, 1998, p. 16).

Neste fascismo gestado em solo brasileiro, Getúlio se propunha a conduzir o país rumo a uma nova era e, segundo Mônica Pimenta Velloso, os ideólogos do regime estadonovista

³³ PACHECO, Thiago da Silva. Da Ditadura à Democracia: Atividades de Inteligência da Polícia Política no Estado Novo e na República de 1946. p. 27. Disponível em: https://ppghc.historia.ufjf.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=237-da-ditadura-a-democracia-atividades-de-inteligencia-da-policia-politica-no-estado-novo-e-na-republica-de-1946&category_slug=teses&Itemid=155 (acessado em 27 de janeiro de 2024).

³⁴ Idem, p. 49.

³⁵ FREITAS, Marcos Cezar de. Op. Cit, p. 45.

buscavam inverter o discurso europeu de superioridade racial na tentativa de enaltecer o “homem brasileiro” e produzir uma identidade social homogênea. No entanto, segundo a autora, recorriam “aos mesmos estereótipos e etnocentrismos que apregoam a heterogeneidade.”³⁶

As bases ideológicas integralistas também são fortemente fundadas no pilar do nacionalismo. Héglio Trindade, grande especialista em Ação Integralista Brasileira, sintetiza a essência do nacionalismo integralista:

A ideia de que o Brasil deve cumprir uma missão histórica é mais que uma crença, torna-se um mito motor no sentido soreliano. O núcleo ideológico desse nacionalismo se organiza em torno do culto ao passado, da afirmação da independência e da fé no futuro da Nação. A origem desse sentimento vem de uma atitude de retorno ao passado nacional cujas raízes se encontram na exaltação do habitante primitivo antes da colonização portuguesa: o índio.³⁷

O Integralismo, dentro da ideia de recuperar as raízes brasileiras, condena a interferência estrangeira cosmopolita nos hábitos nacionais, e, segundo Trindade, Plínio Salgado teve inspiração no “Jeca Tatu”, personagem de Monteiro Lobato, para definir o que, na opinião dele, simboliza a essência do homem brasileiro³⁸. O ideal integralista é que o Brasil assuma sua vocação agrária e o discurso de Salgado, estimula a valorização do que, para ele, é verdadeiramente nacional:

Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismos; as nossas palestras, o nosso modo de encarar a vida, não são mais brasileiros. Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais. Envergonham-se também do caboclo e do negro de nossa terra. Adquiriram hábitos cosmopolitas. Não conhecem todas as dificuldades e todos os heroísmos, todos os sofrimentos e todas as aspirações, o sonho, a energia, a coragem do povo brasileiro. Vivem a cobri-lo de baldões e de ironias, a amesquinhar as raças de que proviemos. Vivem a engrandecer tudo o que é de fora, desprezando todas as iniciativas nacionais.³⁹

O **antiliberalismo** também é elemento assíduo no discurso propagado por Vargas. Para o regime estadonovista, o Estado liberal mecanizava o homem, o transformando em um materialista europeizado que o afastava do ideal nacionalista que, segundo Ângela de Castro Gomes, visava a “junção da natureza e da cultura por intervenção política” (GOMES et al., 1982, p. 116). Em seu discurso no Palácio Guanabara, quando proclama o golpe de 1937, Getúlio critica a Constituição de 1934 e, com ela, o Estado liberal:

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em

³⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus. 1998. p. 92.

³⁷ TRINDADE, Héglio Henrique. *Op. cit.*, p. 255.

³⁸ *Idem*, p. 86.

³⁹ SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro*. 1932. *Op. Cit.*

princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e amenizar o poder público. (VARGAS, 1937)⁴⁰

O liberalismo, para o Integralismo, também é um mal a ser combatido, mas aqui ganha face espiritualista. Marcos Cézar de Freitas afirma que isso se deve à tradição católica que permeava o movimento:

Consideravam que o liberalismo era uma doutrina própria para os materialistas que pregavam que os homens faziam a sua história, podendo prescindir dos desígnios de Deus. O integralismo apresentava-se à sociedade também como alternativa espiritualista: o autêntico brasileiro deveria ser católico.⁴¹

Para os integralistas, o liberalismo é genitor do comunismo - o qual consideram o grande mal - e seria portanto um sistema fracassado já que, por transformar o homem em um ser materialista, individualizado e “sem Deus”, este procuraria inevitavelmente solução na revolução (FREITAS, 1998, p. 46). Trindade, ao comentar o antiliberalismo no integralismo, afirma que os mesmos “responsabilizam o Estado Liberal pela desordem do mundo atual”, consideram “que os partidos políticos e o sufrágio universal dividem a Nação”, e que o Integralismo é favorável a “sacrificar o mecanismo liberal-democrático das eleições a fim de realizar os objetivos da Nação”.⁴²

O **anticomunismo**, um dos pilares dos movimentos fascistas ao redor do mundo, no Estado Novo é forte e é o fator que legitimou o golpe de 1937, já sendo pauta central desde os primórdios do governo provisório:

(...) as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isso mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado. A consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local. (VARGAS, 1930)⁴³

⁴⁰ Discurso de Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas> (acessado em 20 de janeiro de 2024).

⁴¹ FREITAS, Marcos Cézar de. Integralismo: O Fascismo Caboclo. São Paulo: Ícone, 1998. p. 46.

⁴² TRINDADE, Hégio Henrique. Op. cit, p. 258.

⁴³ Discurso de Getúlio Vargas. Disponível em: https://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=NwIT_V_gzsM%3D&tabid=6457 (acessado em 11 de janeiro de 2024).

O golpe que instaurou o Estado Novo contou com o efeito catalisador do Plano Cohen, praticado por um funcionário integralista do Ministério da Guerra, Olímpio Mourão Filho, que falsificou, em 1937, um documento com a denúncia de ameaça internacional de um golpe comunista no Brasil, o que contribuiu para assentar o pânico do comunismo de vez no imaginário popular da nação⁴⁴. As eleições que ocorreriam em 1938 - nas quais Plínio Salgado seria candidato à presidência - foram canceladas e Vargas, afirmando ter a solução para reordenar os rumos políticos do país e livrá-lo do “perigo vermelho”, encontrou respaldo para manter-se no poder e concretizar o golpe.

Plínio Salgado, chefe da AIB, compara o comunismo com um “cancro” que representa “o imperialismo russo, que pretende reduzir-nos a uma capitania⁴⁵” (SALGADO, 1932). No Manifesto de Outubro, Salgado caracteriza o comunismo como destruidor da família, da personalidade humana, da religião:

O comunismo destrói a família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana para melhor escravizar o homem à coletividade; destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica uma humanidade inteira, por um sonho, falsamente científico, que promete realizar o mais breve possível, isto é, daqui a 200 anos, no mínimo. O que nós desejamos dar ao operário, ao camponês, ao soldado, ao marinheiro é a possibilidade de subir conforme a sua vocação e seus justos desejos. Pretendemos dar meios a todos para que possam galgar, pelas suas qualidades, pelo trabalho e pela constância, uma posição cada vez melhor, tanto na sua classe, como fora dela e até no governo da Nação.⁴⁶

É possível perceber, pela fala de Plínio Salgado, que no Integralismo o comunismo ganha uma face degenerada, provavelmente influenciada pelo caráter religioso o qual a ideologia integralista carrega. Plínio Salgado, líder e principal ideólogo da AIB, era um católico fervoroso, ao contrário de Getúlio Vargas, que se considerava agnóstico - fato que, no entanto, não exclui, segundo Ângela de Castro Gomes, a “sanção divina” do discurso oficial de Getúlio (GOMES et al., 1982, p. 118).

Avançamos a comparação para o próximo elemento, o **corporativismo**, que no Estado Novo se fez parcialmente presente, já que “nesse contexto histórico, esse elemento não só era entendido, internacionalmente, como uma alternativa à liberal-democracia e ao totalitarismo, quanto como um verdadeiro oposto de ambos⁴⁷”. A palavra “corporação” do latim, “corpus”, que significa “corpo” ou “grupo”, e por corporativismo se entende a divisão da sociedade em grupos que compartilham dos mesmos interesses mas que, no entanto, estão subordinados ao

⁴⁴ FREITAS, Marcos Cézár de. Op. Cit. p. 58.

⁴⁵ SALGADO, Plínio. Manifesto de Outubro. 1932. Disponível em: <https://archive.org/details/ManifestoDe7DeOutubroDe1932> (acessado em 25 de novembro de 2023).

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: Debatendo o nacionalismo, o autoritarismo e o populismo. Em: O Brasil Republicano Op. Cit, p. 218.

Estado. É por essa subordinação que o corporativismo é considerado uma maneira de reprimir movimentos sociais e assegurar a “manutenção da ordem”:

A evolução política do Brasil se deve processar em ordem, com disciplina e respeito às autoridades. Nem precisam nem precisarão os trabalhadores do Brasil recorrer a greves porque a bancada trabalhista, na Câmara e no Senado, defenderá intransigentemente as fórmulas mais rápidas para solução dos seus problemas. (PIOZZI apud VARGAS⁴⁸)

Adalberto Cardoso, em seu artigo “Estado Novo e corporativismo”, de 2007, afirma que o corporativismo, no entanto, não esteve presente durante todo o período do Estado Novo e em todos os lugares, e que se fosse afirmar isto, estaria preso “à ideologia cega em relação ao mundo sobre o qual eles legislavam”:

Parece mais plausível assumir que a ordem corporativa, com algumas exceções importantes, jamais foi unívoca. Ela variou de intensidade e conteúdo em momentos diferentes do pós-30. (...) a ordem corporativa não foi, com certeza, um desenho estável ou coerente no período Vargas. Por um lado, os aspectos repressivos e totalitários do fascismo operaram com força num período muito curto. Por outro lado, o projeto comunitarista de Oliveira Vianna, consubstanciado num corporativismo doutrinário de caráter societal, autoritário mas não necessariamente totalitário, no qual os sindicatos operariam como canal de deliberação e participação popular e empresarial, influenciando diretamente a formulação de políticas públicas segundo o interesse das classes econômicas, vertidas por esse mecanismo em esteios da ordem social mais geral, esse projeto, em suma, da sociedade como um corpo funcionalmente integrado pelo interesse privado tornado interesse público, comunitário, jamais se efetivou. Esbarrou em vários obstáculos.⁴⁹

Cardoso aponta que a relação representativa entre classes e Estado quase nunca incluía os trabalhadores no formato de participação direta, e o sentido corporativo de organização no Estado Novo se dava somente no nível da repressão e controle dos trabalhadores.⁵⁰ O historiador afirma ainda que após 1939 esse intermédio trabalhadores-Estado tampouco existiu, “posto que esse conflito era simplesmente tido como ilegítimo ou, para muitos, e certamente no discurso do ditador, inexistente”.⁵¹

O corporativismo na ideologia da Ação Integralista Brasileira existiu e possuía, segundo Freitas, duas vertentes. Enquanto Plínio Salgado fomentava a ideia de um modelo de Estado familiar-corporativo, Miguel Reale pregava o corporativismo sindical:

Para juristas como Miguel Reale a nação deveria ser uma federação de sindicatos. Em cada cidade, segundo ele, os profissionais deveriam formar sindicatos (padeiros com padeiros; engenheiros com engenheiros e assim por diante. O governo integralista autorizaria o funcionamento de cada organização sindical. Cada

⁴⁸ PIOZZI, Patrícia. VARGAS E PRESTES: Uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil. Revista Transformação. São Paulo, 1983.

⁴⁹ CARDOSO, Alberto. Estado Novo e corporativismo. 2007. p. 3. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/download/20167/10747/81619> (acessado em 12 de dezembro de 2023).

⁵⁰ Idem, Ibidem.

⁵¹ Idem, p. 4.

sindicato escolheria seu representante para fazer parte do Conselho Municipal. Este organizaria uma eleição indireta que indicaria o chefe de governo (o prefeito).⁵²

Mas se o corporativismo não fora de fato aplicado no Estado Novo, o trabalhismo, marco da política varguista, merece destaque, principalmente se levarmos em consideração que a política trabalhista de Vargas, além de haver instaurado avanços inegáveis nos direitos dos trabalhadores, também limitou a atuação dos mesmos. Na ideologia estadonovista, a necessidade do trabalho vai além da dimensão socioeconômica, mas é um meio de servir a pátria⁵³:

Promover o homem brasileiro e defender o progresso e a paz do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável pela sua riqueza individual e também pela riqueza da nação. (...)

O trabalho passaria a ser um direito e um dever do homem; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão.⁵⁴

Para promover a melhora da capacidade produtiva dos trabalhadores, além dos direitos e benefícios pagos, havia uma dimensão sanitária para proteger a saúde do trabalhador, inspirada, segundo Ângela de Castro Gomes, na medicina social de Bismarck⁵⁵, além da preocupação do governo em promover moradia, alimentação e educação. O trabalhismo, portanto, é uma das características centrais da política pública desempenhada por Vargas.

O último elemento a ser mencionado, a **propaganda**, é imperioso nos regimes essencialmente fascistas e é também por meio dela que estes se legitimam, abrem espaço no imaginário popular para suas ideologias e conquistam adeptos. Maria Helena Capelato comenta que em qualquer regime a propaganda se faz essencial, mas que nos de tendência totalitária ela ganha força visto que o Estado monopoliza os meios de comunicação⁵⁶. Marcos Cezar de Freitas afirma, ainda na obra “Integralismo: O Fascismo Caboclo”, que os integralistas discursavam para pessoas social e mentalmente vulneráveis, amedrontadas. Alimentando seus temores e lançando-se como protetores, ganhavam cada vez mais filiados.⁵⁷A propaganda integralista era intensa e, a AIB contava com seu próprio departamento de propaganda e, somente no quesito imprensa, pôde-se somar, entre periódicos e revistas integralistas, 127 deles operando em diferentes localidades do Brasil, em períodos

⁵² FREITAS, Marcos Cezar de. Op, Cit. p. 47-48.

⁵³ OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C.; Estado Novo: Ideologia e Poder. Op. Cit, p. 156.

⁵⁴ Idem, p. 152-153.

⁵⁵ Idem, p. 157.

⁵⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op, Cit. p. 66.

⁵⁷ FREITAS, Marcos Cezar de. Op, Cit. p. 33.

alternados da década de 1930⁵⁸. Entre estes, três periódicos e uma revista eram de distribuição nacional⁵⁹.

Os “camisas verdes”, como foram apelidados os integralistas, disseminavam sua ideologia inclusive dentro de escolas. Símbolos, a saudação “*Anauê!*”, o culto à imagem do líder, slogans penetrantes e uniformes estavam presentes na construção da imagem do movimento e davam substância para a propaganda da AIB. Dentro das ideias centrais disseminadas pela propaganda integralista se encontrava sempre boa dose de nacionalismo, que propunha unir os cidadãos brasileiros em torno da causa da “pátria mãe”.

Ao tratar da propaganda Varguista, Capelato afirma que, apesar de nem todos os ideólogos de Vargas se identificarem com o nazi-fascismo, eles estavam atentos aos “métodos de controle dos meios de comunicação e de persuasão usados na Alemanha e na Itália”⁶⁰. A censura também potencializou o monopólio da comunicação no varguismo:

A Constituição brasileira de 1937 legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. A imprensa, por meio de uma legislação especial, foi investida da função de caráter público, tornando-se instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia estadonovista. O artigo 122 exterminava a liberdade de imprensa e admitia a censura a todos os meios de comunicação.⁶¹

Capelato afirma, no entanto, que nos primeiros anos do Estado Novo, não se atribuiu grande importância ao contato com as massas, mas que o cenário mudou posteriormente⁶², quando o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) foi instituído, substituindo seu predecessor, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Segundo a autora, o DIP tinha “como função elucidar a opinião pública doutrinar a opinião pública sobre as doutrinas do Regime, atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira.”⁶³ Pode-se afirmar que a propaganda desempenhada pelos regimes e movimentos fascistas na América Latina tinham boa dose de inspiração no trabalho de Goebbels, ministro da propaganda de Hitler. Capelato, se referindo à propaganda no peronismo e no varguismo, afirma:

A organização e a prática da propaganda política nos dois regimes apresentam peculiaridades, mas na sua essência buscavam, como nos modelos europeus, impressionar mais do que convencer e suggestionar em vez de explicar. (...) Goebbels apontava a propaganda como a arma mais eficaz de conquista do poder, edificação e consolidação do Estado.⁶⁴

⁵⁸ LEAL, Carine de Souza. *Imprensa Integralista: propaganda ideológica e imprensa partidária de um movimento fascista no Brasil dos anos 30*. Porto Alegre, 2006. p. 103 - 106. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19101/000620404.pdf;sequence=1> (acessado em 28 de janeiro de 2023).

⁵⁹ Os jornais “Panorama”, “Monitor Integralista”, “Offensiva” e a revista “Anauê” eram de distribuição nacional.

⁶⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op, Cit. p. 66.

⁶¹ Idem, p. 69.

⁶² Idem, p. 68.

⁶³ Idem, p. 70.

⁶⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op, Cit. p. 73.

Dentro das ideologias da Ação Integralista Brasileira e de Getúlio Vargas, pode-se encontrar convergências ideológicas e estas ultrapassam as divergências, já que dentro das discordâncias os elementos principais aparentam apenas variar. Os inimigos em comum - comunistas e liberais - fazem peso suficiente para que, até a véspera da instauração do Estado Novo, Vargas e AIB estivessem suficientemente congruentes para que a segunda apoiasse Getúlio na concretização do golpe de 1937, almejando, com isto, ganhar espaço político para o movimento integralista, como veremos a seguir.

Capítulo 2: A abordagem do Governo Vargas para com a AIB

2.1 Do companheirismo de ontem ao Tribunal de Segurança Nacional

Hélgio Trindade afirma que a medida que Plínio Salgado, futuro chefe da AIB, percebia que a “Revolução” de 1930 representava a derrocada da política praticada na República Velha, o mesmo passou, em 1931, a colaborar com ela, deixando de ser um crítico e passando a ser um aliado do governo provisório de Vargas. Em 1931 Salgado já havia fundado o jornal *A Razão* e neste publicava notas periodicamente. Passara um período oscilando entre crítico e colaborador e em dado momento considerou a elaboração de uma nova Constituição “sem que houvessem correntes bem definidas a respeito das bases doutrinárias a serem adotadas” um risco para o país, daí sua preferência por apoiar diretamente o governo provisório⁶⁵:

Continue, pois, o Sr. Getúlio Vargas e sua conscienciosa administração; seja o bom tutor desse povo infantil. Assuma a carinhosa, mas austera e vigilante atitude paterna para com este nosso Brasil que está se revelando muito criança para decidir seus próprios destinos.⁶⁶

Após a Sociedade de Estudos Políticos (SEP) reunir uma diversidade de intelectuais e desembocar, em 1932, na fundação da Ação Integralista Brasileira, esta ganhou expressão política considerável no Brasil. Estima-se que a AIB, em termos de número de filiados, tenha beirado centenas de milhares até 1937. Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso são os mais notáveis ideólogos do movimento e Marcos Cezar de Freitas destaca o grande alcance que o integralismo alcançou Brasil afora. Somente no Rio de Janeiro:

havia escolas rurais integralistas, vários núcleos da Juventude Integralista e, como prova da aceitação da AIB no estado, é possível lembrar do desfile integralista que em 1937 apoiou o presidente Vargas e que reuniu mais de 40 mil pessoas.⁶⁷

Dado o tamanho do levante, não somente numericamente falando mas levando em conta seu alcance ideológico, Vargas não ignorou a importância do apoio da AIB para o sucesso do golpe que originou o Estado Novo. Compartilhando de ideias em comum - principalmente o sentimento anticomunista e antiliberal - os membros da Ação Integralista também sabiam das possíveis vantagens adquiridas de uma aliança com o chefe. Vargas, então, levando em consideração as expectativas integralistas, tratou de firmar tratado com Salgado:

Os entendimentos deram-se a partir de promessas de Vargas quanto às ações futuras que promoveria e, também, quanto ao status do Integralismo na nova ordem a qual

⁶⁵ TRINDADE, Helgio. Op. Cit, p. 83.

⁶⁶ TRINDADE apud. SALGADO. Idem, Ibidem.

⁶⁷ FREITAS, Marcos Cezar de. Op, Cit. p. 38.

se constituiria. Dentre as promessas, destacavam-se a substituição gradual dos governadores por novos quadros políticos (questão cara aos camisas-verdes em função de suas posições favoráveis à centralização política), a reorganização da milícia integralista e a entrega da pasta da Educação a algum quadro do movimento chefiado por Salgado.⁶⁸

A marcha Integralista de novembro de 1937 foi um movimento de demonstração de apoio a Getúlio Vargas:

A marcha passou em frente ao Hotel Glória, de onde Salgado passou os integralistas em revista, e encerrou-se saudando Vargas em frente ao Palácio do Catete. Seu êxito é controverso: Ivan Alves afirma que “mais de 50.000 integralistas, civis e militares, desfilaram pelo centro da cidade”, o que teria feito Vargas sentir “a necessidade de liquidar com o movimento que poderia vir a ameaçar a estabilidade do seu governo”.⁶⁹

Gilberto Calil, no entanto, afirma⁷⁰ que a caminhada reunira somente dez mil integralistas, fato que, para o historiador Stanley Hilton, fez Getúlio Vargas pensar que se agisse logo, poderia esmagar a AIB.

Reynaldo Pompeu de Campos afirma que, ao planejar o golpe do Estado Novo, a cúpula de Vargas consultou os integralistas e os apresentou inclusive uma cópia da Constituição que seria outorgada⁷¹, e também que, em um primeiro momento, os integralistas receberam garantias de que a integridade de seu movimento seria mantida no regime que seria implantado⁷². No entanto, os Integralistas uma vez conquistados, perceberam que haviam compactuado com quem ordenaria seu desmonte, já que em 3 de dezembro de 1937, a lei n. 37, que extinguiu os partidos, foi sancionada por Vargas, tornando a AIB ilegal:

[...] além de proibir a existência de partidos políticos no Brasil, também trazia um artigo em que proibia nas sociedades civis o uso de uniformes, distintivos e gestos. Nesse aspecto, o referido decreto foi feito sob medida para vetar o Integralismo, pois, por fim, proibia a sua mística mesmo como sociedade civil.⁷³

A frustração integralista diante da postura de Vargas pode ser percebida na carta de Plínio Salgado enviada para o mesmo em 1938. Nesta, Salgado expõe sua decepção perante a ataraxia de Getúlio para com a AIB, que havia o apoiado:

Apressai-me, leal à palavra empenhada, em extinguir a face política da Ação Integralista Brasileira, único partido nacional, único que estava em consonância com o proclamado corporativismo do Estado Novo, era paradoxalmente o único que vinha espontaneamente declarar-se extinto, para só viver como sociedade cultural, esportiva e beneficente. O Integralismo iria continuar, sob essa forma, conforme lhe prometeram os responsáveis pela situação, prestando os serviços que só ele até

⁶⁸ VICTOR, Rogério Lustosa. Getúlio Vargas e o Integralismo: Histórias de Pescador. Revista Angelus Novus, nº3, maio de 2012. p. 65.

⁶⁹ CALIL, Gilberto. Os Integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. Publicado em: Revista Locus. Juiz de Fora, 2010. p. 66.

⁷⁰ apud Silva, Hélio e Carneiro. Maria Cecília. Os presidentes: Getúlio Vargas – O Estado Novo 1937-1945. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983, p. 26.

⁷¹ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. Op. Cit, p. p. 75.

⁷² Idem, p. 77.

⁷³ VICTOR, Rogério Lustosa. Op. Cit, p. 66.

então tinha prestado ao país. Eu não supunha, porém, que o que se arquitetava contra o Integralismo era tão grande. [...] ⁷⁴

Salgado segue, então, segue lamentando a repressão que sucedeu contra si mesmo e os membros de seu extinto partido:

A censura de imprensa começou a dar ordens que mais parece inimigos de V. Ex^a. Proibiu a citação de meu nome muitas vezes ou em tipo que ultrapassasse o tamanho indicado; proibiu elogios literários sobre livros da minha autoria; proibiu que dissessem que fundei o Integralismo, ou que fiz campanha nacionalista; proibiu que usassem as palavras Integralismo, integralista, integral, etc. Fomos, desde o primeiro dia do golpe, tratados como inimigos. [...] Meus retratos foram destruídos por esbirros, meus companheiros presos e espancados [...] ⁷⁵

Os registros de Vargas comentando sobre os integralistas são poucos, tanto no momento pré-golpe, quanto pós. Tal fato pode ser interpretado como indiferença por parte de Getúlio para com os Integralistas. Rogério L. Victor concorda:

A despeito da relativa indiferença de Vargas, havia uma situação crítica, para a qual Salgado ainda tentava uma saída política. [...] É daí que Salgado se sentiu como o —novo Pirarucu pescado por Vargas e a ele enviou a referida carta. De todo modo, Vargas não a respondeu e não demonstrou maior interesse pela questão. ⁷⁶

O autor chama a carta de Salgado de “sincero, ingênuo e desesperado apelo” ⁷⁷. Ela foi escrita e enviada a Vargas em janeiro de 1938.

O Tribunal de Segurança Nacional, no formato em que foi concebido, não pouparia quem se considerasse inimigo do regime estadonovista. A primeira Lei de Segurança Nacional, de 1935, antecedeu a criação do Tribunal e já mostrava o caráter coercitivo da legislação aprovada sob Vargas. A lei nº 136 de 1935, que ampliava o leque de ações consideradas crime contra a segurança nacional, foi colocada em vigor logo após a chamada Intentona Comunista. No mesmo período, a Aliança Nacional Libertadora foi fechada e o Estado de Sítio contra as agitações comunistas foi decretado. Comissões foram criadas para identificar e punir quaisquer sujeitos subversivos dentro do governo, como a Comissão Especial de Combate ao Comunismo, que fazia críticas ao “demitir sem punir” ⁷⁸:

O governo passava, então, a contar com várias armas para combater a subversão, tais como: estado de sítio comparado a estado de guerra; Lei de Segurança Nacional, reformada; direito de cassar patentes de oficiais, da ativa e da reserva; direito de demitir funcionários sem processo; possibilidade de atingir até mesmo empregados em empresas privadas. ⁷⁹

⁷⁴ Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas. Disponível em: <https://construindohistoriahoje.blogspot.com/2010/10/carta-de-plinio-salgado-para-getulio.html> (acessado em 25 de janeiro de 2024).

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ VICTOR, Rogério Lustosa. Getúlio Vargas e o Integralismo: Histórias de Pescador. 2012. p. 67.

⁷⁷ Idem, p. 66.

⁷⁸ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. Op. Cit, p. 34 e 35.

⁷⁹ Idem, Ibidem.

Pompeu de Campos argumenta que obstáculos para o projeto repressivo, no entanto, seriam encontrados nos tribunais e cita o discurso de julho de 1936 do então ministro da guerra Vicente Raó, que destacava que a liberal democracia desarmava o Estado na luta contra seus inimigos⁸⁰. A possibilidade da criação de um órgão especial para julgar os crimes de segurança nacional vinha, portanto, à pauta. Nas palavras de Vargas:

Sem um julgamento rápido, enérgico e duplamente eficiente, no sentido da repressão e no da prevenção, será muito precária a defesa das instituições e da ordem, dada a natureza da ação criminosa que se caracteriza pela violência e pelo rigoroso cunho técnico com que seus autores e cúmplices agem para apagar os traços da sua responsabilidade.⁸¹

Ainda em dezembro de 1936, após uma reunião onde discussões sobre a criação de um tribunal de exceção foram levantadas, Pompeu de Campos conta que o projeto do deputado Deodoro de Mendonça, que visava a instauração de um tribunal de exceção, fora considerado inconstitucional principalmente por burlar o princípio da irretroatividade⁸², uma vez que estipulava a aplicação das leis nº 38 e nº 36 de 1936 aos réus da intentona de novembro de 35 (CAMPOS, 1978, p. 44).

O Tribunal de Segurança Nacional, apesar de esforços contrários, foi inaugurado em setembro de 1936 e, ao analisar dossiês criminais que envolvem membros da Ação Integralista Brasileira⁸³, é possível notar que os “companheiros de ontem” de Getúlio não tiveram tratamento especial ao serem autuados: a apreensão de suas armas e material ideológico se deu de forma bastante semelhante ao que sucedeu com os comunistas submetidos ao julgamento do TSN.

O *putsch* do Palácio Guanabara, conspiração que, segundo Pompeu de Campos, não fora planejada por integralistas, mas também tivera sua participação - visava um “assalto” não só ao palácio, mas a outras sedes de instituições relevantes do governo e até mesmo residências de seus membros, assalto este que possuía o intuito de conter a instauração do Estado Novo e prender Getúlio Vargas. O ataque ao palácio ocorreu no dia 11 de maio de 1938. A polícia estadonovista, no entanto, teria alvejado grande parte dos conspiradores, apesar da imprensa ter tentado “vender a versão de que as mortes teriam ocorrido no calor do combate”⁸⁴. Apesar da conspiração ter sido um fracasso, o episódio serviu de pretexto para que o Tribunal de Segurança Nacional passasse a funcionar como uma “blitz”:

⁸⁰ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. apud RAÓ, Vicente. Op. Cit, p. 47.

⁸¹ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. apud. VARGAS, Getúlio. Op. Cit, p. 49.

⁸² O princípio da irretroatividade impede que os entes cobrem e punam indivíduos por atos cometidos antes da lei entrar em vigor.

⁸³ Dossiês do Tribunal de Segurança Nacional estão disponíveis em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp> (acessado em 27 de novembro de 2024)..

⁸⁴ CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. Op. Cit, p. 96.

Os prazos foram incrivelmente reduzidos, assim como o número de testemunhas foi limitado a duas para cada réu e, se houvesse mais de cinco réus, o número máximo delas não poderia exceder a dez. A inquirição de cada testemunha não poderia ultrapassar cinco minutos após o que a promotoria falava por quinze minutos, seguindo-se a defesa por igual período de tempo. Se houvesse mais de um advogado, um seria escolhido para falar por todos, e trinta minutos após ter falado a defesa, a sentença era proferida.⁸⁵

Pompeu de Campos afirma que o TSN, nos moldes que em que passou a operar, violava severamente as “tradições do direito brasileiro”⁸⁶. Os decretos-lei instituídos àquela altura - inclusive o Decreto-lei n. 431, que instituiu pena de morte - escancaram a natureza violenta da legislação estadonovista. O autor afirma que esta legislação “objetivava, obviamente, amedrontar e desestimular futuras tentativas revolucionárias”⁸⁷.

Após o golpe de 1937, com a Ação Integralista Brasileira já na ilegalidade, a continuidade da repressão aos seus membros repercute em periódicos: “Estão presos destacados elementos do extinto partido integralista”⁸⁸, anuncia o *Correio da Manhã*, jornal carioca, em 12 de maio de 1938. É possível notar, neste mesmo artigo, que os nomes dos “destacados elementos” foram omitidos, provavelmente censurados. Matérias anunciando a apreensão de armamentos e material de divulgação ideológica da extinta AIB também eram publicadas.

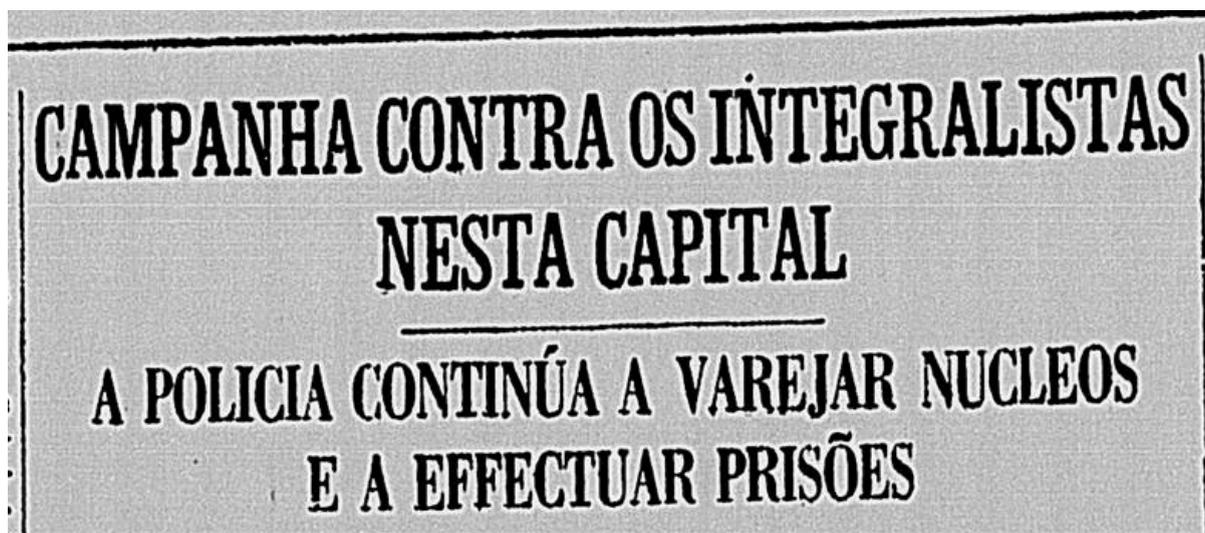


Figura 1: Recorte coletado do periódico *Correio da Manhã*, de 21 de janeiro de 1938, que anuncia a perseguição aos integralistas. A imagem na íntegra está disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=integralis&pagfis=44555

⁸⁵ Idem, p. 89.

⁸⁶ Idem, p. 90.

⁸⁷ Idem, Ibidem.

⁸⁸ “Os acontecimentos de hontem: Estão presos destacados elementos do extinto partido integralista” *Correio da Manhã*, 12 de maio de 1938. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=integralis&pagfis=46212 (acessado em 27 de janeiro de 2024).

2.2 Apontamentos sobre o *modus operandi* de Vargas

Para tentar compreender a linha comportamental que Vargas seguiu ao lidar com os Integralistas após a conclusão do golpe do Estado Novo, julgo relevantes alguns apontamentos sobre estratégia, contradição e relação consenso e força na política varguista.

Aspásia Camargo objetiva, em seu texto “Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo”, desenhar a personalidade política de Getúlio e introduz o tema dando destaque para a excepcionalidade geralmente atribuída a um líder pelos cidadãos que se encontram social e emocionalmente fragilizados. O medo e a insegurança comprometem o discernimento popular e a figura do chefe ascende como detentora de poderes “quase sobrenaturais”. Pro caso do chefe do Estado Novo, afirma:

Vargas se projeta como a vanguarda da sociedade agrária que o molda, como indivíduo e homem público, mas vive também o dismantelamento dos valores, dos modos de vida que condicionaram suas origens. (...) Comprometido com o passado, mas voltado para as potencialidades que abrem novas perspectivas à sociedade do futuro, Vargas promove a um só tempo práticas temporalmente diversas, ajustando aos seus métodos de ação, que tão bem conhece, novas tendências que lhe são reveladas, e que ele operacionaliza e manipula.⁸⁹

Camargo fala, portanto, da tendência de Vargas em tentar conciliar, muitas vezes, interesses diversos - utilizando-se de seu carisma - o que constantemente o levava a decisões contraditórias. Conciliações estas, no entanto, sempre com a intenção de manter-se no controle. A autora destaca que Getúlio, um líder que ascendeu em um momento de crise e já havia conseguido mobilizar o maior nível de consenso em torno da própria figura, teria que mobilizar constantemente seu carisma para equilibrar as forças opositoras em seu regime⁹⁰.

Mônica Pimenta Velloso na obra “Estado Novo: Ideologia e Poder”, afirma que o governo Vargas fora “marcado pela dupla relação de consenso e força” (VELLOSO et. al, 1982, p. 82) e dá destaque para o “caráter de força e arbítrio” que acompanha a ideologia varguista, assegurando que o discurso de Getúlio estaria voltado para a obtenção de um consenso, mas que os meios de obtenção do mesmo podem ter caráter coercitivo, e que esse aspecto fica mais claro quando dos discursos atribuem “ênfase à ampliação dos poderes da polícia”.⁹¹ A autora destaca “como é interessante perceber que o Estado elege e autoriza a própria opinião pública, a sociedade civil a exercer a coerção no caso de insubordinação”⁹²:

Recorrendo à própria argumentação do discurso: já que o Estado se estabeleceu com base no consentimento público, a sociedade civil que o legitimou tem o dever de defendê-lo, não permitindo que nenhum de seus membros venha a quebrar a

⁸⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). As Instituições da Era Vargas. Op. Cit, p. 15.

⁹⁰ Idem, Ibidem.

⁹¹ Estado Novo: Ideologia e Poder. p. 98.

⁹² Idem, Ibidem.

harmonia do todo, discordar do seu idealismo e perturbar seu equilíbrio.⁹³
(VELLOSO apud. MORAIS)

Plínio Salgado, ainda na carta escrita a Vargas, utiliza “pirarucu” para adjetivar como teria se sentido após as ações repressivas do Estado Novo para com a AIB: sentiu-se como um peixe após ter mordido a isca lançada por Getúlio. Rogério Lustosa Victor, em seu artigo “Getúlio Vargas e o Integralismo: Histórias de Pescador⁹⁴”, cita um trecho do artigo de Costa Rego, publicado no *Correio da Manhã*, que em 1934 já comparava Vargas a um pescador:

[...] Ora, não é senão uma pesca de pirarucu o que o Sr. Getulio Vargas faz, no desdobramento das crises da Revolução. Os homens que ele quer submeter, anular ou proscrever são primeiramente arpoados. Correm. Ao fim da linha, o Ditador suavemente os chama. Embora resistindo, eles voltam, presos ao arpão. O Sr. Getúlio Vargas larga-os mais uma vez, e só os larga para que voltem, até que, extenuados, lhe possa aplicar o macete. Quem quiser melhores informações sobre o assunto pode dirigir-se aos Srs. Borges de Medeiros, João Neves da Fontoura, Mauricio Cardoso, Lindolfo Collor, Baptista Lusardo, Barros Cassal, Francisco Campos, Adolfo Bergamini, Leite de Castro, Dulcídio Cardoso, José Maria Whitaker, Laudo de Camargo, Waldomiro Lima, João Alberto e outros pirarucus de antigas pescarias. Os da pescaria de agora falarão depois [...]⁹⁵.

É conhecida, ainda no pré-golpe de 1937, a tendência de Vargas a “fisgar” seus alvos, através de seu carisma e habilidade de conciliação, e depois neutralizá-los. Uma estratégia de controle de possíveis opositores.

O carisma de Vargas é tema de estudos e, levando em consideração que Benito Mussolini e Adolf Hitler também possuíam o poder de persuasão como pontos centrais em suas políticas, a retórica também parece ser elemento comum aos fascismos, assim como o discurso falacioso e emocionalmente apelativo. Eliana A. de M. Menezes⁹⁶ afirma que o Fuhrer considerava o ato de mentir vantajoso⁹⁷. A autora comenta a estratégia do líder nazista citando um trecho de “Mein Kempf”⁹⁸:

Uma grande mentira tem grande credibilidade, porque, com a simplicidade primitiva de seus sentimentos, as massas são vítimas mais facilmente de uma grande mentira do que de uma pequena mentira. Por conseguinte, da mentira mais evidente algo permanecerá (HITLER, 1943, p. 231).

A autora também afirma que “Hitler, para preservar seu ethos de honestidade, esclarece que em seu benefício próprio ele jamais contaria uma mentira, mas que não há nenhuma falsidade que ele não perpetuaria em prol da Alemanha”⁹⁹.

⁹³ VELLOSO apud. MORAIS. Op. Cit, p. 98.

⁹⁴ VICTOR, Rogério Lustosa. Getúlio Vargas e o Integralismo: Histórias de Pescador.

⁹⁵ VICTOR, apud. REGO, Costa. Op. Cit, p. 67.

⁹⁶ MENDES, Eliana Amarante de M. Emoção e falácias: o discurso retórico de Adolf Hitler. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.4, p. 24-34, jun.2013.

⁹⁷ Idem, p. 27.

⁹⁸ “Mein Kempf”, do Alemão “Minha Luta”, teve dois volumes e é a autobiografia de Adolf Hitler publicada em 1925, onde o mesmo expõe suas ideias anticomunistas, nacionalistas, autoritárias, antisemitas e racialistas.

⁹⁹ MENDES, Eliana Amarante de M. apud HITLER. p. 27.

Pode-se atribuir a conduta de Getúlio Vargas para com a Ação Integralista Brasileira após a instauração do Estado Novo, portanto, ao seu *modus operandi*: muitas vezes contraditório, demonstrando baixo grau de compromisso com a verdade e promessas preestabelecidas, mas sempre estratégico. Antes de tratar com indiferença o movimento integralista, Getúlio já havia mobilizado aparatos repressivos suficientes para conter quaisquer represálias dos “companheiros de ontem”: aplicou a censura, o que contribuiu para dismantelar o movimento, a Polícia Política estava a postos e o Tribunal de Segurança Nacional pronto para distribuir condenações.

Considerações Finais

O projeto do Estado Novo que viria a ser instaurado através de um golpe precisaria de um esforço a mais para ser legitimado. Um pleito eleitoral para 1938 estava previsto e os esforços para desqualificar o sistema democrático representativo precisariam ser maiores se Getúlio Vargas quisesse respaldo para seguir no poder. A estratégia para acalorar as agitações anticomunistas foi posta em prática e, com o apoio integralista, o Estado Novo se estabeleceu. Apoiado no medo instaurado no imaginário de grande parte da população, e com garantida inspiração nos regimes nacionalistas europeus, Getúlio Vargas pôde colocar em ação seu aparato repressivo estratégico para livrar-se de possíveis opositores.

Através do presente trabalho, é possível entrar em contato com questões referentes ao padrão fascista de lidar com quem se faça concorrência à hegemonia desse regime que se pretende totalitário. Por mais convergentes que sejam os ideais dos concorrentes, e por mais que estes outrora os tenham apoiado, assumir o risco de que tomem seu lugar não se faz opção.

Vargas, com sua proposta de conduzir o país a uma “nova era” através do trabalho e de uma unidade nacional, pretendia, como uma figura paternal, saber exatamente como mudar os rumos de um país em crise sociopolítica. Os integralistas, por sua vez, também acreditavam ter a solução da crise, e esta estaria baseada em sua proposta de estado integral que ignorava os regionalismos e apelava para um discurso unificador. Ambos os fascismos - o de Vargas e o da AIB - debruçavam seus ideais na possibilidade de uma nação tutelada, mesmo que esta tutela ceifasse as liberdades individuais dos cidadãos. A Ação Integralista Brasileira foi desmontada, portanto, por um sistema autoritário de natureza bem parecida ao que pretendiam implantar a nível de estado uma vez conquistasse o poder. Foram parados por um sistema que culpabiliza e despreza a democracia, que simula a ausência de conflito e busca “difundir uma visão linear e harmônica da sociedade”¹⁰⁰.

O objetivo deste trabalho também é introduzir debates referentes ao fenômeno do fascismo que, ao contrário da forma com que muitos o enxergam - como um fenômeno epocal, restrito ao contexto da primeira metade do século XX - mas que segue inspirando levantes autoritários pelo mundo e espalhando as consequências de seu “descaso pela liberdade”¹⁰¹.

¹⁰⁰ DA SILVA, José Luiz Werneck, José Nilo Tavares, 1991, Op. Cit., p. 133.

¹⁰¹ FREITAS, Marcos César de. Op. Cit, p. 61.

Fontes

Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas (1938). Disponível em:

<https://construindohistoriahoje.blogspot.com/2010/10/carta-de-plinio-salgado-para-getulio.html> (Acessado em janeiro de 2024).

Diários de Getúlio Vargas. Disponíveis em:

<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/com-palavra-getulio-vargas> (Acessado em dezembro de 2023).

Discurso proferido em 10 de novembro de 1937 por Getúlio Vargas, intitulado “À Nação”. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1937/view> (Acessado em janeiro de 2024).

Dossiês do Tribunal de Segurança Nacional. Disponíveis em:

<https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp> (Acessado em janeiro de 2024).

Manifesto Integralista de Outubro de 1932. Disponível para download em:

https://www.academia.edu/19354000/Manifesto_de_Outubro_de_1932_Integralismo_Brasileiro (Acessado de novembro de 2023 a janeiro de 2024).

Periódicos que citam os Integralistas de 1930 a 1939. Disponíveis em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Drosa_764106334497.DocLstX&pasta=ano%20193&pesq=integralis (Acessado em fevereiro de 2024).

Referências Bibliográficas

CALIL, Gilberto. Os Integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. Publicado em: Revista Locus. Juiz de Fora, 2010.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

DA SILVA, José Luiz Werneck (Organizador). O Feixe e o Prisma. Uma revisão do Estado Novo. O feixe: O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia Ferreira (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FINCHELSTEIN, Federico. Do fascismo ao populismo na História. 1ª edição. Lisboa: Edições 70. 2020.

FREITAS, Marcos César de. Integralismo: O Fascismo Caboclo. São Paulo: Ícone, 1998.

_____ lei nº 136/1935. Aumenta o leque de crimes contra a segurança nacional e a ordem social.

_____ lei n. 37/1937. Dissolve os partidos políticos.

MENDES, Eliana Amarante de M. Emoção e falácias: o discurso retórico de Adolf Hitler. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.4, p. 24-34, jun.2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil. São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C.; Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PACHECO, Thiago da Silva. Da Ditadura à Democracia: Atividades de Inteligência da Polícia Política no Estado Novo e na República de 1946.

TRINDADE, Hégio Henrique. Integralismo: O fascismo brasileiro da década de 30. Rio de Janeiro: DIFEL. 1979.

VICTOR, Rogério Lustosa. Getúlio Vargas e o Integralismo: Histórias de Pescador. Revista Angelus Novus – nº3, maio de 2012.